

“Não é possível compreender o Brasil e entender a cultura brasileira sem estudarmos a África”

ANTONIA APARECIDA QUINTÃO

Antonia Aparecida Quintão é pós-doutora pela Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo, e a sua pesquisa analisou os desafios que as mulheres negras encontram no mercado de trabalho. Foi coordenadora de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde atualmente leciona e orienta pesquisas sobre Diversidade Racial nas Organizações. É presidente do Geledés – Instituto da Mulher Negra, vice-presidente no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, onde é responsável pela organização dos eventos referentes à Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), instituída pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas por meio da resolução 68/237.

É pesquisadora no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (Portugal) e consultora de Diversidade e Inclusão nas Organizações. Tem atuado na área de formação de professores, letramento sobre questões raciais e orientação para a aplicação da Lei 10.639/2003 de educação antirracista. É autora de livros e capítulos sobre a história e a cultura da população negra, tendo participado do Conselho do Museu Afro Brasil Organização Social de Cultura.

Foi coordenadora de curso de graduação sobre História da África e em 2019 escreveu o capítulo intitulado *Africa in Brazil: Slavery, Integration, Exclusion* do livro *Brazil-Africa Relations: Historical Dimensions and Contemporary Engagements*, publicado pela Editora James Currey no Reino Unido.

Seguem trechos da entrevista concedida por escrito aos editores da CEBRI-Revista.

O historiador e professor da Universidade Federal Fluminense Jacques d’Adesky (1997) sustenta que existe uma percepção inadequada da participação do negro e do africano na história do Brasil. Inspirado nas palavras do historiador Joel Rufino dos Santos, d’Adesky sugere que a interiorização de uma imagem menosprezada do negro atingiu tanto o próprio negro quanto o branco. Ambos memorizam a história dos dominantes e dos seus heróis brancos. A senhora concorda com essa afirmação? Em caso positivo, como os mais diversos movimentos negros no Brasil vêm desconstruindo o imaginário de heróis eminentemente brancos e masculinos? Mais especificamente, como o Geledés pensa e trabalha essa questão?

ANTONIA APARECIDA QUINTÃO: Inicialmente quero agradecer o convite para esta entrevista. Considero extremamente urgente e necessário que tenhamos espaços para essa discussão, que, no meu entendimento, se situa no contexto da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, da qual o Brasil é signatário. O número 10 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propõe o enfrentamento das desigualdades. Nesse sentido, precisamos pensar em um projeto de desenvolvimento que enfrente o racismo, pois o racismo é incompatível com um projeto que seja estável, sustentável e cidadão.

Quanto à questão apresentada, é importante pontuar que essa afirmação infelizmente é verdadeira, e o prejuízo que causa certamente atinge a todos, brancos e negros. A educação brasileira, historicamente eurocêntrica,

*A educação brasileira,
historicamente eurocêntrica,
elitista e excludente, não
enfrentou o racismo e
nem procurou combatê-lo.
Dessa forma, o silêncio e a
omissão têm contribuído para
reproduzir, naturalizar e
normalizar as desigualdades
apontadas na questão.*

elitista e excludente, não enfrentou o racismo e nem procurou combatê-lo. Dessa forma, o silêncio e a omissão têm contribuído para reproduzir, naturalizar e normalizar as desigualdades apontadas na questão.

O *Primeiro Congresso sobre Cultura Negra das Américas*, realizado em Cali em 1977 já denunciava que “a maioria dos textos de história, sociologia, economia e política dos países americanos omite, mutila e deforma a participação autêntica do negro no desenvolvimento dos distintos países dos quais é parte fundamental”;

portanto, há tempos que esse enfrentamento tem sido realizado.

Organizações negras, como o Geledés, que tenho a honra de presidir, têm denunciado há décadas o eurocentrismo e o epistemicídio, ou seja, a tentativa de destruição, apagamento e silenciamento dos conhecimentos, da cultura e das tradições dos povos que foram alvos da exploração colonial, como os africanos e seus descendentes e os povos indígenas.

A luta contra o apagamento, a exclusão e a desvalorização da história, dos conhecimentos, tradições e culturas dos diversos povos negros que contribuíram para a construção da sociedade brasileira tem sido uma demanda permanente das organizações negras, entre elas o Geledés (www.geledes.org.br).

No dia 3 de outubro de 2019 foi realizado o seminário *Direito das meninas e objetivos de desenvolvimento sustentável – interseccionalidades e inovação social*, uma iniciativa da Rede de Meninas e Igualdade de Gênero (RMIG), Geledés e Luderê, em parceria com as Comissões de Igualdade Racial e da Mulher Advogada/OAB-SP.

O seminário teve por objetivo mobilizar a discussão em torno dos direitos das meninas e discutiu a situação das meninas negras no contexto de realização da Agenda de Desenvolvimento Sustentável e os ODS. Buscamos destacar e promover o reconhecimento dessa agenda como uma importante plataforma para

a promoção dos direitos e para a redução das desigualdades de gênero, raça e geracional, a partir do diálogo entre sociedade civil, governos, setor corporativo e terceiro setor.

Para o Geledés, o debate sobre as infâncias precisa assumir a questão racial como uma prioridade, para desconstruir a naturalização da presença das crianças negras em situações de extrema vulnerabilidade.

No ano de 2020 foi realizada na cidade de São Paulo a pesquisa *O direito à educação de crianças e adolescentes em tempos de pandemia* com recorte de raça/cor e gênero, confirmando que, nesse momento de crise causada pelo Coronavírus, o aprofundamento das desigualdades tem impactado mais gravemente na vida das crianças negras, no seu desenvolvimento, na sua integridade, nas condições socioeconômicas, sendo as meninas negras as mais vulneráveis. A publicação, que é o resultado dessa excelente pesquisa realizada por Suelaine Carneiro (2021), Coordenadora do Programa de Educação e Pesquisa do Geledés, está disponível no site do instituto.

No ano passado o Geledés completou 34 anos, comemorando essa data festiva com a inauguração do Centro de Documentação e Memória Institucional.

E, por fim, quero destacar o reconhecimento que o trabalho do Geledés tem alcançado internacionalmente. O evento *Estratégias de combate ao racismo*

global, realizado no dia 31 de maio de 2023, em Nova York, foi promovido por Geledés como um encontro paralelo ao Fórum Permanente de Afrodescendentes da Organização das Nações Unidas (ONU) e conseguiu alavancar questões de extrema relevância que podem servir como bússola para a erradicação do racismo no mundo. Participaram da mesa, moderada pela coordenadora do Geledés Suelaine Carneiro, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, a presidenta do Fórum Permanente para Pessoas Afrodescendentes, Epsy Campbell Barr, a representante do Comitê pela Eliminação da Discriminação Racial e pelos Direitos Humanos (CERD) da ONU, Gay McDougall, e o diretor do Centro de Estudos Afro-latino-americanos da Universidade de Harvard, Alejandro de La Fuente. (Fonte: Kátia Mello)

Em geral, não se estudava a história da África no Brasil. A população brasileira descendente de africanos sempre teve dificuldade para reconhecer as matrizes formadoras da sua identidade histórica. Muitas vezes, a informação prevaiente era de estereótipos, ou seja, um continente caracterizado pela pobreza, instabilidade política e violência. No entanto, desde a promulgação da Lei Nº 10.639, em 2003, o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira se tornou obrigatório no Bra-

sil. Em sua visão, esse imaginário negativo do continente africano vem sendo lentamente desconstruído? É possível imaginar uma leitura mais realista da África no Brasil atualmente?

AAQ: Apesar da aprovação da Lei 10.639/2003, que acaba de completar 20 anos, ainda constatamos grandes desafios para a sua implementação. Entre as causas desse silêncio e indiferença podemos citar o racismo religioso, que tem se agravado nos últimos anos. É um grande desafio enfrentar e questionar a literatura colonial e o eurocentrismo ainda presente nos materiais didáticos. A ancestralidade africana milenar segue desconhecida, raramente é apresentada na sala de aula e quase nunca conseguimos encontrá-la nos livros didáticos.

A aproximação com o continente africano é fundamental para que possamos nos conectar com as nossas origens, descobrirmos de onde provém a nossa ancestralidade milenar e possibilitar também a construção de uma imagem mais realista, mais digna e mais respeitosa do quem somos.

Por outro lado, é preciso destacar que diversas organizações nacionais e internacionais de ajuda humanitária, com a finalidade de sensibilizar e alcançar apoio para os seus objetivos, insistem em apresentar exaustivamente a África como se fosse exclusivamente uma sequência de tragédias, guerras étnicas, massacres de crianças, fome e miséria.

A aproximação com o continente africano é fundamental para que possamos nos conectar com as nossas origens, descobrirmos de onde provém a nossa ancestralidade milenar e possibilitar também a construção de uma imagem mais realista, mais digna e mais respeitosa do quem somos.

Trata-se de uma estratégia, na minha percepção, completamente equivocada, porque cristaliza e fortalece os estereótipos e os preconceitos que atingem o continente africano, a população africana e os afrodescendentes. Uma das principais causas do *bullying* que atinge as crianças negras no seu cotidiano escolar está relacionada ao racismo, à forma como a escravidão é abordada e à associação da população negra com a pobreza, a miséria e a criminalidade. Diversas vezes enviei mensagens para essas organizações propondo uma abordagem mais criteriosa e respeitosa. Nunca obtive qualquer resposta.

Várias vezes encaminhei sugestões para que os programas jornalísticos, a exemplo do que já acontece em vários países,

incluísem no seu conteúdo a apresentação dos principais acontecimentos e fatos dos países africanos. De novo, nunca obtive qualquer resposta. O fato de o Brasil ser um país majoritariamente negro não parece ser importante para aqueles que dirigem, coordenam, selecionam o conteúdo e definem a programação.

Enquanto não tivermos negras e negros nesses lugares estratégicos e de decisão, as mudanças dificilmente acontecerão. Hoje, temos observado o aumento de jornalistas negras. Mas a exemplo do que acontece nas mais diversas organizações, não podemos encontrá-las em todas as áreas e setores. Por exemplo, não encontrei nenhuma jornalista negra como correspondente internacional ou enviada especial. Mulheres negras representam quase 28% da população brasileira. Não vejo justificativa para essa absoluta falta de representatividade.

Como bem explica o professor Kabengele Munanga, o Brasil é um país “extraordinariamente africanizado”. Tradições, técnicas de trabalho, instrumentos de música, dança, palavras e comportamentos sociais brasileiros têm a sua correspondência no continente africano. Não é possível compreender o Brasil e entender a cultura brasileira sem estudarmos a África, continente do qual vieram os antepassados da maioria da população brasileira. É muito importante pesquisarmos e observarmos se as escolas cumprem essa lei de grande pertinência histórica, cultural e relevância social.

Eu tive a oportunidade de conhecer alguns países africanos, e o que me chamou a atenção foi a beleza, a alegria e a diversidade das pessoas. O que nós temos de mais compassivo, generoso e espontâneo tem a sua matriz no continente africano, que precisamos conhecer e do qual devemos nos aproximar cada vez mais.

Nesse contexto, considero igualmente fundamental priorizarmos as relações com os países africanos, não apenas retomando as representações nas embaixadas que foram fechadas, mas ampliando para novos países e regiões, contribuindo assim para promovermos cada vez mais o encontro do Brasil com o Brasil.

No Brasil, as diferentes formas pelas quais os negros e negras brasileiros exercem sua cidadania e criatividade são expressos pela arte, esporte e religião. Não há dúvida de que essas manifestações são fundamentais. No entanto, priorizar tal enfoque não seria reduzir a expressão do povo negro a uma dimensão exclusivamente simbólica e cultural? A luta antirracista não deveria passar também pelos espaços econômico, político e científico? No caso da ciência, a revolução científica pela qual a África Subsaariana vem passando nos últimos anos, em especial na Nigéria, Tanzânia e África do Sul, tem mostrado uma África moderna

e antenada com o mundo tecnológico de ponta. Como conectar esta África do presente ao imaginário científico brasileiro?

AAQ: O imaginário científico brasileiro precisa ser descolonizado e aprender a história do continente africano, a riqueza da sua diversidade, da sua cultura e da sua ciência. Para que as mudanças sejam efetivas, é necessário descolonizar as universidades que formam os professores e demais educadores, pois quando lecionamos ou oferecemos um curso com uma bibliografia exclusivamente europeia, norte-americana e racialmente excludente estamos sendo coloniais. Quando entregamos um diploma de graduação para um estudante que não teve, durante o seu período de formação, qualquer letramento sobre a questão racial e nenhuma disciplina que propusesse um debate e uma reflexão sobre o racismo, que é o maior dilema da sociedade brasileira, estamos sendo coloniais. Quando consideramos normal ou até mesmo justificamos o reduzido número de estudantes, pesquisadoras, docentes e gestoras negras e negros nas nossas universidades, estamos sendo coloniais. E, finalmente, quando constatamos a ausência de projetos de iniciação científica, projetos de extensão, mestrado e doutorado que abordem as questões raciais e de gênero e nada fazemos, estamos sendo coloniais. Enfrentar todos esses desafios é uma luta que deve ser coletiva. Não podemos continuar utilizando metodologias e epistemologias patriarcais, coloniais e racistas.

Precisamos urgentemente descolonizar as nossas universidades, e essa descolonização exige novas metodologias que interseccionem raça, gênero e classe de forma crítica e em sintonia com a realidade brasileira.

Precisamos urgentemente descolonizar as nossas universidades, e essa descolonização exige novas metodologias que interseccionem raça, gênero e classe de forma crítica e em sintonia com a realidade brasileira.

Diversos artigos nesta edição mostram a mudança estrutural pela qual a África Subsaariana vem passando nas últimas décadas. A visão “afro-pessimista” está lentamente caindo por terra. O continente tem um crescimento econômico exuberante, tendo como base a maior população jovem do planeta. Em 2050 a África terá um peso econômico e tecnológico muito maior do que atualmente. Para o historiador Pio Penna Filho, “a África entrou no século XXI com alguma experiência internacional e com menos ilusões idealistas. Em termos econômicos, muitos dos seus problemas persistem. Todavia, a

notável capacidade de renovação e recomposição do continente africano demonstra grande resiliência” (2023). É certo que essa nova África estará cada vez mais presente na vida econômica e política do Brasil. Como a senhora percebe a mudança estrutural africana e seu impacto no Brasil?

AAQ: Como disse anteriormente, a política externa brasileira precisa valorizar as relações com os países do hemisfério Sul. Para que essa nova África seja reconhecida e tratada com o respeito e a dignidade que merece, é absolutamente necessária a desconstrução de uma visão racista e preconceituosa que ainda predomina. O Brasil é signatário da Década Internacional de Afrodescendentes, que foi criada em Assembleia Geral pela ONU e proclamou o período entre 2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes (resolução 68/237). A Década foi criada porque vários estudos, realizados em diversos países, apontaram a necessidade de reforçar a cooperação nacional, regional e internacional para garantir os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos dos afrodescendentes, bem como a sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade. Seus principais objetivos são criar e fortalecer programas para combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e promover um maior conhecimento e respeito pelo patrimônio, cultura e pela contribuição dos afrodescendentes para o desenvolvi-

mento das sociedades. Desde 2016 tenho organizado eventos e atividades relacionados aos objetivos da Década Internacional de Afrodescendentes no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Nos momentos dos debates, frequentemente os participantes confirmam o absoluto desconhecimento da existência dessa Década, o que aponta a necessidade de uma maior visibilidade e divulgação e confirma a necessidade de que os projetos sejam assumidos por todos e de maneira coletiva.

Existem muitas Áfricas. Tradicionalmente, o Brasil sempre esteve mais voltado à África lusófona. Mas pensar o relacionamento político, econômico e cultural do Brasil com o continente não deveria passar por uma crítica mais aprofundada sobre essas diferentes Áfricas? Como fugir do peso excessivo da África lusófona no relacionamento com o Brasil? Quais são os espaços possíveis e existentes entre os brasileiros (as) e africanos (as) de países não lusófonos?

AAQ: Concorro com o seu questionamento. Precisamos aprofundar o nosso conhecimento sobre as diferentes Áfricas e as possibilidades de alargarmos o nosso relacionamento com os países do continente africano. Quanto à África lusófona, entendo que ainda existe espaço para ampliarmos as nossas relações. Houve um período de aproximação, no primeiro governo Lula, com

abertura de embaixadas e viagens do presidente a diversos países africanos, mas nos últimos anos observamos um grande retrocesso nessa política externa. Precisamos ampliar as nossas parcerias não apenas no âmbito econômico e comercial, mas também nas áreas cultural, artística, científica e acadêmica. Seria muito interessante e construtivo promovermos um maior contato e intercâmbio de universidades, cientistas e estudantes dos dois lados do Atlântico.

Recentemente, estive em Brasília, no auditório da sede da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) participando da Cerimônia de Recriação do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. Foi muito interessante acompanhar as assinaturas de editais para custear ações afirmativas na pós-graduação e na formação de professores, assim como confirmar que receberão apoio financeiro projetos de pesquisa acadêmica sobre temas como promoção

É dessa forma, com um esforço coletivo, políticas afirmativas, mobilização de toda a sociedade civil e com o protagonismo e liderança da população negra, que as mudanças acontecerão e que novos espaços e possibilidades serão conquistados.

da igualdade racial, combate ao racismo, difusão do conhecimento sobre a História da África e Cultura Afro-Brasileira e indígena, educação intercultural, acessibilidade, inclusão e tecnologia assistiva (tecnologia de apoio).

É dessa forma, com um esforço coletivo, políticas afirmativas, mobilização de toda a sociedade civil e com o protagonismo e liderança da população negra, que as mudanças acontecerão e que novos espaços e possibilidades serão conquistados.

Para finalizar, gostaria de indicar a leitura do livro *Brazil-Africa Relations: Historical Dimensions and Contemporary Engagements from the 1960s to the Present*, organizado por Gerhard Seibert e Paulo Fagundes Visentini (2019). Sou a autora do sexto capítulo, *Africa in Brazil: Slavery, Integration, Exclusion*. Espero que esse estudo também contribua para a desconstrução de estereótipos e preconceitos que ainda hoje caracterizam a relação entre o Brasil e o continente africano. 🇧🇷

Referências Bibliográficas

Carneiro, Suelaine. 2021. *A Educação de meninas negras em tempos de pandemia: o aprofundamento das desigualdades*. Pesquisa Geledés – Instituto da Mulher Negra. Coordenação Suelaine Carneiro. Livro eletrônico, 1. ed. São Paulo: Geledés. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/04/A-educacao-de-meninas-negras-em-tempo-de-pandemia.pdf>.

d'Adesky, Jacques. 1997. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil*. Tese de Doutorado da Universidade de São Paulo.

Penna Filho, Pio. 2023. "A África no século XXI". *CEBRI-Revista* Ano 2, Número 6: xx-xx.

Seibert Gerhard & Paulo Fagundes Visentini. 2019.

Brazil-Africa Relations: Historical Dimensions and Contemporary Engagements from the 1960s to the Present. Reino Unido: James Currey.

Como citar: Quintão, Antonia Aparecida. 2023. "Não é possível compreender o Brasil e entender a cultura brasileira sem estudarmos a África". *CEBRI-Revista* Ano 2, Número 6: 246-254.

To cite this work: Quintão, Antonia Aparecida. 2023. "It Is Only Possible to Understand Brazil and Brazilian Culture by Studying Africa." *CEBRI-Journal* Year 2, No. 6: 246-254.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2023.06.06.01.246-254.pt>

Entrevista enviada por mídia escrita em 10 de julho de 2023.

Copyright © 2023 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.